

A Geografia como método para uma análise do discurso sobre o “índio”¹

Francisco Bernardes de Oliveira²

Resumo: Este artigo é um recorte da pesquisa de mestrado intitulada “O índio e seu duplo, Brasil: Nação e povos indígenas nos discursos presidenciais de posse (1985 – 2015)” desenvolvida na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências (IGC). A partir da Análise do Discurso (AD) (Orlandi, 2005), a dissertação teve por objetivo geral apresentar a análise de sentidos relativos à nação e aos povos indígenas identificados nos pronunciamentos de posse dos Presidentes da República do Brasil. Como objetivo específico, procuramos compreender o lugar desses povos em uma suposta (re)construção da ideia de nação que se estabelece nas palavras dos presidentes durante o período de “redemocratização”, que delimitamos entre 1985 e 2015. Com este artigo, esperamos estabelecer uma discussão a respeito da utilização de categorias geográficas tais como “território”, “natureza” e “espaço” na identificação de um discurso sobre o “índio”.

Palavras-chave: geografia, discurso, povos indígenas.

Abstract: This article is an excerpt from the research entitled “The índio and his double, Brazil: Nation and indigenous peoples in presidential inaugural discourses (1985 – 2015)” developed at the Federal University of Minas Gerais (UFMG), at the Institute of Geosciences (IGC). Based on the Discourse Analysis (AD) (Orlandi, 2005), the dissertation had as general objective to present the analysis of meanings related to the nation and indigenous peoples identified in the inaugural statements of the Presidents of the Republic of Brazil. As a specific objective, we sought to understand the place of these peoples in a supposed (re)construction of the idea of nation that is established in the words of presidents during the period of “redemocratization”, which we delimited between 1985 and 2015. With this article, we hope to establish a discussion about the use of geographic categories such as “territory”, “nature” and “space” in the identification of a discourse about the “índio”.

Keywords: geography, discourse, indigenous peoples.

Introdução

Este artigo é um recorte da pesquisa de mestrado intitulada “O índio e seu duplo, Brasil: Nação e povos indígenas nos discursos presidenciais de posse (1985 – 2015)” desenvolvida na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências (IGC). A partir da Análise do Discurso (AD) (Orlandi, 2015), a dissertação teve por objetivo geral apresentar a análise de sentidos relativos à nação e aos povos indígenas identificados nos pronunciamentos de posse dos Presidentes da República do Brasil. Como objetivo específico, procuramos compreender o lugar desses povos em uma

¹ Resultado de pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências (IGC/UFMG), financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências (IGC/UFMG). Contato: francisco.hbo@gmail.com.

suposta (re)construção da ideia de nação que se estabelece nas palavras dos presidentes durante o período de “redemocratização”, que delimitamos entre 1985 e 2015. Com este artigo, esperamos estabelecer uma discussão a respeito da utilização de categorias geográficas tais como “território”, “natureza” e “espaço” na identificação de um discurso sobre o “índio”.

A etapa inicial da pesquisa em questão se constituiu de uma varredura inicial do corpus à procura de palavras, termos e expressões que pudessem ser utilizados como categorias ou conceitos que dissessem a respeito de nação e povos indígenas, em específico ao “índio” – como vocábulo preñado de sentidos específicos, uma “figura”, no maior das vezes genérica, estereotipada, composta no discurso sobre os povos indígenas. Nesse primeiro momento, a busca de palavras que nos fornecessem sentidos imediatos relativos à nação teve resultados profusos. Diretamente, os presidentes da república diziam a respeito da nação em seus pronunciamentos de forma nominal, utilizando-se a todo momento de termos ou expressões que preenchiam a “nação brasileira” de sentidos. Fora tais menções nominais à nação, esses políticos ainda lançavam mão de extenso vocabulário que diretamente se associava a sua ideia de nação e de Brasil. Assim, foi também possível, de imediato, trabalhar a partir de sentidos reservados a outras palavras, termos e expressões que poderiam também compor sentidos de nação – como “povo”, “Brasil”, “nacional”, “passado”, “presente”, “futuro”, entre outros. Em geral, palavras que compõem discursos que estão alinhados a maneiras específicas de se pensar a formação do Brasil como nação.

Outra de nossas intenções com esta primeira investida no corpus de estudo, e mais pertinente a este artigo, foi tentar localizar o “lugar do índio” nos pronunciamentos de posse, ou sentidos relativos ao “índio” e aos povos indígenas. Diferentemente do encontrado na busca por sentidos de nação, no entanto, deparamo-nos com uma ausência sensível de menções que fossem diretamente relacionadas a esses povos – ou a um léxico que lhes fizesse referência imediata. Os termos inicialmente buscados foram “indígena(s)”, “índio(s)”, “nativo(a)(s)”, “originário(a)(s)” e “étnico(s)”. O primeiro, por ser uma designação considerada “formal” sobre esses povos; o segundo por ser a designação mais comum – animando conotações tanto positivas quanto negativas. O terceiro pela abrangência; o quarto pelo contexto de reconhecimento dos direitos originários em que foi realizada tanto a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) e quanto da promulgação da Constituição Nacional de 1988. E o quinto por sua especificidade – os termos “índio(s)”, “indígena(s)”, “étnico(s)” e “originário(s)” estando também presentes no texto constitucional quando do tratamento dos povos indígenas e de suas questões. Assim,

- Na transcrição do pronunciamento de posse de Tancredo Neves, 1985, seis laudas, lido por José Sarney, não obtivemos nenhum resultado em busca com os termos iniciais.

- Na transcrição do pronunciamento de posse de José Sarney, 1985, dez laudas, não obtivemos nenhum resultado em busca com os termos iniciais.

- Na transcrição do pronunciamento de posse de Fernando Collor de Mello, 1990, dezoito laudas, não obtivemos nenhum resultado em busca com os termos iniciais.

- Na transcrição do pronunciamento de posse de Itamar Franco, 1992, duas laudas, não obtivemos nenhum resultado em busca com os termos iniciais.

- Na transcrição do pronunciamento de posse de Fernando Henrique Cardoso, 1995, nove laudas, identificamos em duas ocasiões a ocorrência da palavra “indígenas”; nenhum resultado com os demais termos.

- Na transcrição do segundo pronunciamento de posse de Fernando Henrique Cardoso, 1999, oito laudas, identificamos em uma ocasião a ocorrência da palavra “índios”; nenhum resultado com os demais termos.

- Na transcrição do pronunciamento de posse de Luiz Inácio Lula da Silva, 2003, nove laudas, identificamos em uma ocasião a ocorrência da palavra “indígenas”; nenhum resultado com os demais termos.

- Na transcrição do segundo pronunciamento de posse de Luiz Inácio Lula da Silva, 2007, quinze laudas, identificamos em uma ocasião a ocorrência da palavra “indígenas”; nenhum resultado com os demais termos.

- Na transcrição do pronunciamento de posse de Dilma Rousseff, 2011, onze laudas, identificamos em uma ocasião a ocorrência da palavra “índios”; nenhum resultado com os demais termos.

- Na transcrição do segundo pronunciamento de posse de Dilma Rousseff, 2015, dez laudas, não obtivemos nenhum resultado em busca com os termos iniciais.

A partir desses dados, a primeira coisa a se notar é que, ao todo, as menções diretas aos povos indígenas encontradas ao longo de noventa páginas de transcrição e entre cerca de 36 mil palavras somam um total de *seis* (6) ocorrências. Em cinco ocasiões, foi utilizado o termo “indígena”; em uma, foi empregada a palavra “índios”. A segunda coisa a se notar é que tais menções diretas começam em 1995, com o pronunciamento do presidente Fernando Henrique Cardoso – dez anos após a eleição de Tancredo Neves, que marca, de certa maneira, o início da Nova República e o derradeiro fim do regime militar. E sete anos após a Constituinte e a promulgação da nova Constituição, esta que, com as possíveis reservas, foi considerada um avanço para os direitos dos povos indígenas (BERGOLD, R. C.; MARÉS, C. F., 2013). Para

efeitos de comparação, o termo “nação” foi encontrado 56 vezes nos pronunciamentos, sem contar suas variações – como em “nacional”, “nacionalmente”, entre outros.

Com a identificação dessa “ausência” dos povos indígenas nos pronunciamentos de posse, foi preciso, portanto, voltar nossa atenção para o “silêncio” a respeito desses povos.

Metodologia

Quando pensamos a linguagem como materialidade específica do discurso, e que o discurso se apresenta como “a materialidade específica da ideologia” (ORLANDI, 2012, p. 83), é preciso estar atento aos sujeitos que constroem o discurso e as narrativas sobre os indígenas no Brasil, e também nos atentar a suas ideologias. Entendemos assim que a pretensão de uma “unidade indígena”, e uma identidade do índio (um índio pasteurizado, genérico) – a elaboração de um sujeito Outro não submetido ao Estado (seja ele colonial ou nacional) e, portanto, não-brasileiro, ou melhor, não brasileiro *ainda* –, é imprescindível à constituição da própria narrativa de uma “identidade nacional” que serve a fabricação da ideologia nacional. Pois a identidade nacional “pressupõe a relação com o diferente” (CHAUÍ, 2000, p. 22).

Entendemos também que o poder sempre se exerce acompanhado do silêncio (ORLANDI, 2007a, p. 101). O silêncio, como política, e o silenciamento, como prática, fazem parte da história dos povos indígenas, e dos grupos étnicos em geral no Brasil, em dois sentidos. No primeiro deles, o silenciamento em termos de apagamento de sua história na memória organizada, “canônica”. O quase completo banimento de sua história e sua substituição por narrativas gestadas por aqueles que constituem e detêm o poder. E em outro sentido, o silêncio como esquecimento algo performático, provisório, o escanteamento de hábitos, costumes e tradições como método de sobrevivência. Mesmo a própria noção de “etnias” é resultado de um processo colonizador que opera pelo esquecimento e apagamento de particularidades – tornando-as dessemelhantes e inferiores, por contrapeso³.

De modo que construir as observações a partir dos pronunciamentos de posse feitas em nossa pesquisa de mestrado se tornou possível, antes de tudo, quando nos apoiamos na leitura dos estudos de Orlandi (2007) sobre as formas do silêncio. Em um primeiro momento, ao trabalharmos com discursos em que às vezes muito é dito em poucas palavras – e em que poucas palavras podem significar muitas coisas –, há o risco de se tomar algumas conclusões sobre o

3 O antropólogo Jean-Loup Amselle escreve que a gênese das etnias está na ação do colonizador que objetivava a territorialização do continente “e por isso dividiu as entidades étnicas, posteriormente reapropriadas pelas populações” (AMSELLE, 2017, p. 33). A posterior reapropriação e ressignificação de termos são também pontos de contato entre a memória “oficial” e a memória subterrânea (POLLAK, 1989).

não-dito como pertencentes ao domínio do implícito. No entanto, defendemos que aquilo que no pronunciamento pode ser lido a respeito do destes elementos pertence a outro tipo de significação: a significação do silêncio.

Ainda que ambos pertençam a dimensão do não-dito, implícito e silêncio não são equivalentes. Orlandi vai buscar em O. Ducrot a definição de que “a significação implícita ‘aparece – e algumas vezes se dá – como sobreposta a uma outra significação” (ORLANDI, 2007, p. 12). Em contrapartida, o silêncio é um “fator essencial como condição de significar” (Idem), ou seja, não se trata de um resíduo ou excrescência da linguagem – não é sobreposto pela intenção do locutor. O silêncio no discurso é necessário para a significação (para a atribuição de sentido) daquilo que é dito; um não se faz sem o outro. Afinal, “todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer” (Idem). Entendemos desta maneira, que o dito pode ser produzido sem o implícito, mas não sem o silêncio. Nesse caminho, o silêncio (ou o sentido do silêncio) é tão ou mais importante para entendermos os sentidos do dito no discurso dos presidentes quanto os sentidos que não estão silenciados.

Os estudos do silêncio de Orlandi podem ajudar a pensar as questões relativas ao índio diante do nacional e da nação no pronunciamento dos presidentes. Na obra supracitada, *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*, a autora escreve que

O sentido não para; ele muda de caminho. (...) O silêncio é assim a “respiração” (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é “um”, para o que permite o movimento do sujeito [da linguagem]” (ORLANDI, 2007, p. 13, adição nossa)

Para Orlandi, a significação do dito (o seu sentido) demanda que exista o silêncio. Sem ele (e concluímos que, para a autora, é impossível que dessa forma aconteça) não haveria sentido no dito. Em outras palavras, o sentido do silêncio *dá sentido* ao sentido do dito. Em nossa leitura, entendemos que o silêncio não é, para tanto, uma contraparte diretamente oposta ao dito, ou seja, não é seu perfeito oposto, e sim que o silêncio *contém a multiplicidade* que contrapõe a unidade do dito. O movimento do sujeito (da linguagem) só é possível pela existência da multiplicidade. O sujeito (da linguagem) não se movimenta pela unidade do “um”. Como bem aponta a autora, “o real da linguagem – o discreto, o um – encontra sua contraparte [na multiplicidade do] no silêncio” (Idem, adição nossa). Em linhas gerais, o silêncio (aquilo que está situado “fora” do dito), portanto, não é a inexistência de sentidos, mas a existência múltipla e síncrona de *outros* sentidos. Conjecturando a partir das considerações da autora, experimentamos dizer que os sentidos do silêncio compõem uma dimensão de sentidos que

podem *vir a ser* os sentidos do dito, são sentidos “iminentes”; uma potencialidade. Essa seria, por conseguinte, a garantia de que o sentido da palavra “pode ser sempre outro” (Idem, p. 14). Em conclusão,

É nessa dimensão do significar, como jogo de palavras, em que importa mais a remissão das palavras para as palavras — desmontando a noção de linearidade e a que centra o sentido nos “conteúdos” —, que o silêncio faz sua entrada. *O não-um (os muitos sentidos), o efeito do um (o sentido literal) e o (in)definir-se na relação das muitas formações discursivas têm no silêncio o seu ponto de sustentação.* Desse modo é que se pode considerar que *todo discurso já é uma fala que fala com outras palavras, através de outras palavras.* (Idem, grifos nossos)

Assim, exploramos a ideia de que é possível analisar o que é dito nos discursos presidenciais, ou nas formações discursivas desses pronunciamentos, a partir da atenção àquilo que pertenceria, respectivamente, às dimensões do não-um, do efeito do um e do (in)definir-se, referidos por Orlandi. Nossa intenção, e o exercício de nossa análise, é utilizar, de maneira esquemática, mas não-rígida, essa organização da linguagem apresentada por Orlandi em nossa leitura dos pronunciamentos de posse. Na análise dos trechos dos discursos mantivemos em mente o entrelaçamento desses três elementos:

- 1) Efeito do um, ou da unidade: o que pertence ao “um”, ao literal: o que foi dito (e pode conter o implícito ou não);
- 2) Não-um, ou da multiplicidade: o que é do múltiplo (pertencente ao silêncio, silenciado), sentidos outros – ou melhor, sentidos que “podem ser sempre outros”, a partir de Orlandi (2007b);
- 3) O (in)definido, ou o (in)definir-se na relação das formações discursivas.

A partir disso, uma nova leitura do corpus foi realizada, desta vez com a intenção e identificar palavras, termos e expressões que, mesmo não diretamente dizendo a respeito dos povos indígenas, do “índio”, nos fornecessem sentidos para compreendê-los na palavra dos presidentes do período. Assim, pretendíamos construir uma rede de sentidos que nos apontassem para o “lugar do índio” nos pronunciamentos de posse. Foram pinçados, nesse momento, alguns termos tais quais “povo”, “nação”, “progresso”, “floresta”, “origens”, “raízes”, “tradicional”, “passado”, “futuro” etc. Destes, três se mostraram determinantes para pensar os povos indígenas em um trabalho que também se propunha a pensar a nação: “território”, “natureza” e “espaço”.

Para utilizá-los como categorias que nos dissessem sobre o “índio”, foi preciso, primeiro, preenche-los de sentidos relativos aos povos indígenas. Para isso, usamos de literatura da área da antropologia e geografia que nos subsidiassem da relação histórica entre esses elementos, a formação da nação brasileira e a figura do “índio”.

Território, natureza e espaço na constituição do “índio”

Historicamente, os territórios indígenas servem de instrumento para o “desenvolvimento nacional” que pretendia um país “economicamente independente, politicamente integrado e socialmente unificado” (BORGES, 2014, p. 130), por meio da tentativa de tornar “produtivas” essas terras, estas como o “atrasado a ser transformado” (Ibid.). Aqui, tomando a concepção de ideologia de Therborn (1980) e os modos de interpelação do sujeito, entendemos que subjacente ao que é considerado como “atrasado” está aquilo outro que constitui o seu oposto; junto à necessidade de tornar essas terras “produtivas” está a constatação de que quer que seja feito ali não se configura como “atividade produtiva”, ou pelo menos não corresponde a uma noção específica do que seria considerado produtivo. O interesse nessas terras, e sua “integração” como parte de um “território nacional”, figura como elemento significativo no processo de construção da identidade nacional, desde o período colonial. Carvalho (2012), recuperando o argumento do geógrafo Robert Moraes, escreve que “na ausência de heróis que sintetizam o ideal de nação e de República ao mesmo tempo, é o território que assumirá a centralidade neste processo” (CARVALHO, N. R., 2012, p. 75). O território, nesse sentido, é continuamente reivindicado como parte fundamental da “mitologia geográfica” (MORAES, 2002, p. 68) brasileira que imagina o Brasil não como seu povo ou sua sociedade, mas como seus limites territoriais, e a construção do país como a ocupação de “seu” espaço.

Ao lado do território, a natureza era – e é, ainda hoje, – um dos principais elementos presentes no imaginário sobre o Brasil no período colonial (MORAES, 1988, apud CARVALHO, N. R., 2012, p. 55). Na figura construída do índio, esses dois elementos convergem: o índio é a terra, o território que ocupa – porque dele vive, e fora dele supostamente deixaria de ser índio –, e é também ele mesmo parte de uma natureza idílica, idealizada, e como a própria natureza, porque ainda não humanizado ou conquistado, condenado a ser permanentemente primitivo, selvagem. Além disso, observamos que a ideia de construir o país se prestaria, primeiro, como elemento de coesão entre as próprias elites, conforme nos lembra Moraes (2002). E essa coesão ocorreria através da adoção de um projeto nacional comum, uma “obra coletiva de interesse geral [que] sobrepõe-se aos projetos locais e regionais e incorpora-os” (MORAES, 2002, p. 93). A ideia de construir o país legitimaria plenamente, dessa forma,

a ação do Estado, a quem é atribuída a condução desse projeto, e “pela magnitude da missão assumida justificam-se também seus traços autoritários, como o centralismo e o uso da violência” (Ibid., p. 94). O Estado passaria, portanto, a guardião da soberania e construtor da nacionalidade, “entendida como o povoamento do país” (Ibid.). Além de amarrar o poder das elites e do Estado forte, afirma Moraes, a ideia de construção do país ainda qualifica a população em seu lugar subalterno no projeto. O povo é visto como instrumento na construção do país. Quanto a isso, admite o geógrafo que

Tal visão instrumental dos segmentos populares expressa-se claramente num debate que atravessa o pensamento brasileiro por todo o século XIX, adentrando nas primeiras décadas do século XX: *com que povo contamos para construir o país*. Toda a discussão sobre a política imigratória, por exemplo, tem esta questão como pano de fundo, também a política indigenista a tem como referencial. (Ibid., grifo nosso)

Em outras palavras, qual povo (e qual entendimento de povo) o pensamento da elite brasileira, em momento crucial de “elaboração do país”, via em – e como – seu futuro? Para Moraes (2002), a pergunta posta se equaciona na diferenciação de duas posturas em face do futuro e do progresso do país: “de um lado, a retórica otimista apontando *a positividade dada pela natureza e magnitude do território*; de outro, *o discurso pessimista difundindo juízos racistas sobre a baixa qualidade da população nacional*” (2002, p. 94, grifos nossos). O que se apresenta é a reiteração da ideia de que o Brasil positivo, este Brasil desenvolvido, o bom Brasil, o “certo” (relembremos Therborn), é um lugar “cuja negatividade advém dos habitantes (o projeto nacional, em certo momento, sendo a substituição da população, leia-se: seu branqueamento)” (MORAES, 2002, p. 94). Onde a história pouco fornece para a elaboração de uma identidade nacional, portanto, “os argumentos de índole geográfica vão possibilitar a elaboração de discursos legitimadores onde o país é visto como um espaço, e mais, *um espaço a ser conquistado e ocupado*” (Ibid., p. 95). A ideia de “construir o país” é atrelada a ideia de desenvolvimento e progresso, de “levar civilização”, “ocupar o solo” e “subtrair os lugares da barbárie” (Ibid.). “Integrar o índio”, ao se apropriar de sua terra, contribuiria para cumprir os três pontos citados, fundamentais a este “futuro do país”.

Com isso, entendemos que a conquista e a reivindicação do território e da natureza no caso brasileiro, portanto, podem ser transpostas em uma urgência histórica também pela conquista e reivindicação dos povos indígenas, a exploração de seu território e a expropriação de sua identidade – sua transformação em “índio” enquanto figura genérica, carregada de sentidos específicos determinados ideologicamente a partir das elites do país. Desta maneira, o

processo de construção da imagem do índio em qualquer discurso que representa as ideologias de uma elite política está condicionado às necessidades particulares que surgem em um ou outro momento histórico. No caso específico de nosso período de recorte, entre 1985 e 2015, essas necessidades se traduzem, como identificado em nossa pesquisa, na projeção de uma “nação desenvolvida” e na garantia de “valores democráticos”.

Outro sentido a respeito dos povos indígenas vem a reboque das intenções de ocupação espacial presentes no pronunciamento de alguns ex-presidentes – em principal, na previsão de ocupação dos “espaços vazios”. Historicamente, em nome da segurança nacional e da marcha pelo progresso, espaços ditos “vazios” – como a Amazônia, por exemplo – foram alvo de empreitadas que buscavam “preenchê-los”, e assim “civilizá-los”. Observamos, páginas atrás, que a investida sobre estes “espaços vazios” – que não seriam outra coisa que não espaços ainda “não conquistados”; territórios, no mais das vezes, habitados por grupos e comunidades indígenas – é ela mesma a responsável pela produção de “vazios demográficos”, por meio da violação do direito desses povos, usando-se de violência, expulsão e morte, tendo como fim a liberação dessas terras para uso “produtivo” – para “colonizá-las”, para viabilizar a construção de obras de infraestrutura, entre outras coisas.

Observamos, também, que estes espaços chamados “vazios” podem ser pensados como sendo, rigorosamente, vazios *produzidos*. Em primeiro lugar, por serem vazios demográficos produzidos a partir da expulsão, transferência compulsória ou migração forçada dos grupos e povos que ali residiam – ou que se utilizavam destas terras como passagem, ou para plantio, caça, e demais atividades que integrassem seu cotidiano –, gerando, assim, mudanças materiais e concretas na ocupação dessas porções do território; tornando-os “vazios” de ocupação humana. E, em segundo, a produção imaginária desses vazios – a partir da noção de ocupação “produtiva” do espaço, que não seria condizente com “formas de ocupação indígena” da terra. Estas, pensadas a partir de estereótipos construídos historicamente a respeito dos povos indígenas do Brasil, se distinguiriam de formas de ocupação administradas pelo Estado brasileiro por não serem consideradas “produtivas” – e, por consequência, também não cumprindo ideais civilizacionais. Portanto, estes espaços seriam espaços “vazios” ainda que habitados, e, como *vazios*, estariam destinados a ser ocupados em nome do nacional e do progresso. Esta noção de espaços vazios, para tanto, estaria ligada a certa representação do “índio que nada produz”, vinculada a uma “ausência de civilização” – o que transformaria o esforço pelo desenvolvimento também em um esforço “civilizatório”.

Presentes nos pronunciamentos do período analisado, estas são intenções remanescentes do projeto de desenvolvimento nacional do regime militar que, por sua vez, guardam seus

pontos de contato com empreendimentos anteriores em relação ao espaço, em geral, a natureza, ao território e contra os povos indígenas que datam desde o período colonial. Esperamos com este artigo propor uma discussão a respeito da relação entre a AD e o saber geográfico, apresentando a geografia, conceitos relativos a esta ciência e suas categorias como “método” para o estudo do discurso, em específico a respeito dos povos indígenas e sua relação com o Brasil como nação.

Considerações Finais

Com a recuperação da relação história do discurso a respeito da formação do Brasil e do discurso sobre o índio, a partir da chave destes três elementos – território, natureza e espaço – foi possível ampliar nossa capacidade de identificar o “índio” nos pronunciamentos de posse. É pertinente lembrar que são características presentes em todos os pronunciamentos de posse do período (LUZ, 2014), em primeiro lugar, ideais imaginados para o futuro do país, vocalizados pelos então presidentes (legitimados geralmente pelo pleito eleitoral, ou seja, por uma maioria votante dos habitantes do país). Em segundo, a lembrança, e constante (re)fabricação, de um passado em comum enquanto nação. Assim, a fim de investigar a representação construída do “índio” nesses discursos, pautamo-nos, então, tanto pela identificação do que poderia ser entendido como um discurso abertamente sobre os povos indígenas – em que são usados objetivamente termos que historicamente fazem referência a esses povos, como índio, indígenas, povos indígenas, nativos ou originários, por exemplo –, quanto por aqueles trechos em que, não dizendo diretamente sobre o índio, evocam sua existência. Pois, segundo Eni Orlandi, consideramos que “em todo texto pode-se perceber a presença de um outro excluído, mas que o constitui” (ORLANDI, 2007b, p. 138).

Encontrar essa “evocação da existência” do “índio” nesses pronunciamentos de posse implicou, principalmente, em perscrutar sua relação com sentidos específicos de território, natureza e espaço na construção do imaginário social do Brasil. Este artigo, que funciona como um recorte do processo de pesquisa mais do que como um recorte da própria pesquisa, teve como objetivo apresentar a possibilidade de se utilizar de outras categorias, conceitos – relativos a variadas ciências, saberes – para investigar o discurso sobre o “índio”, e como isso pode contribuir para expandir a compreensão tanto do termo, em específico, quanto da categoria acionada.

Em outras palavras, acreditamos que esse processo nos ajuda a preencher o termo, ou categoria, “índio” de sentidos outros relativos à variadas categorias e conceitos, desta forma ampliando o entendimento dos significados e sentidos do “índio” no discurso. Em

contrapartida, entendemos que serve também no preenchimento das categorias território, natureza e espaço de sentidos relativos ao “índio”, de forma a ampliar o entendimento dos significados e sentidos de natureza, território e espaço na formação da ideia de nação no Brasil.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, L. F. **Ideologia Nacional e Nacionalismo**. São Paulo, Ed. EDUC. 1995.
- _____. Estado-nação e Ideologia. Elementos para uma discussão. In: DEL GAUDIO, Rogata S.; PEREIRA, Doralice B. (org.). **Geografias e Ideologias – submeter e qualificar**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG. 2014. p. 66-87.
- AMSELLE, J. L. Etnias e espaços: por uma antropologia topológica. In: AMSELLE, J. L.; M'BOKOLO, E. (orgs). **No centro da etnia: etnias, tribalismo e estado na África**. Petrópolis, Ed. Vozes, 2017 [1985].
- CARVALHO, N. R. **Geographia do Brazil: a construção da nação nos livros didáticos de geografia da primeira república**. 2012. 209f. Dissertação (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2012.
- CHAUÍ, M. S. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2000.
- BERGOLD, R. C.; MARÉS, C. F. (org.). **Os direitos dos povos indígenas no Brasil: desafios no século XXI**. Curitiba, Ed. Letra da Lei. 2013.
- BORGES, J. C. **Feira Krahô de sementes tradicionais: cosmologia, história e ritual no contexto de um projeto de segurança alimentar**. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília. 2014
- MORAES, A. C. R. **Território e História no Brasil**. São Paulo, Ed. Annablume. 2002.
- ORLANDI, E. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da UNICAMP. 2007.
- _____. **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas: Editora Pontes. 2007b.
- _____. **Discurso em análise: Sujeito, sentido, ideologia**. Campinas: Editora Pontes. 2012.
- _____. **Análise de Discurso. Princípios e Procedimentos**. Editora Pontes. 2015.
- POLLAK, M. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. **Estudos Históricos**. 2 (3). 1989. p. 3-15.
- THERBORN, G. **La Ideologia del poder y el poder de La ideologia**. Cidade do México, Siglo Veintiuno Editores. 1980.

THIESSE, A. As identidades nacionais. Um paradigma transnacional. In: DEL GAUDIO, Rogata S.; PEREIRA, Doralice B. (org.). **Geografias e Ideologias – submeter e qualificar**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG. 2014. p. 33-65.